

OS SÍMBOLOS PRESENTES NA (RE)CONSTRUÇÃO DE UMA NAÇÃO: ANÁLISE DO “ESPÍRITO” DA TRANSIÇÃO BRASILEIRA À DEMOCRACIA

Lara Andréa Crivelaro Bezzon¹

Introdução

O Brasil foi um exemplo de “transição pactada à democracia. Porém, o resultado de democracia a que se chegou no Brasil durante os primeiros anos de democracia não foi exatamente o que o povo brasileiro esperava por “democracia”.

A proposta desse estudo é analisar o caso histórico da transição brasileira - não somente em termos de dimensões políticas e econômicas, mas em termos dos “espíritos”

¹ Doutora em Sociologia, Professora Titular da Pós-Graduação da Faculdades Metropolitanas de Campinas (METROCAMP) e Coordenadora do Curso de Comunicação Social da Universidade Paulista (UNIP).
Contato - laracri@terra.com.br Campinas, São Paulo, Brasil.

presentes durante a transição. Argumentamos que no Brasil, faltou um sistema simbólico realmente significativo e capaz de unir todos os brasileiros naquele momento. Nesse trabalho tentamos identificar se o Brasil chegou a criar seu próprio sistema simbólico, ou não, e em que medida a presença ou falta desse sistema simbólico influenciou a transição democrática brasileira e o resultado de democracia a que se chegou.

Pretendemos que esta seja uma contribuição à compreensão de nossos processos históricos, na tentativa de se resgatar o “espírito” que, supomos, tenha sido deixado de lado no momento crucial da transição.

O resultado a que se chegou com o fim do autoritarismo, todos sabemos que foi mais uma “situação democrática” do que um regime democrático consolidado (Fausto, 1995, 527).

E por que isso ocorreu ?

“No caso brasileiro, o discurso democrático, que recobriu a ação política, revelou-se em toda a sua fragilidade, na medida em que mostrou que seu referente era a resistência ao autoritarismo e não a construção da democracia” (Martins, 1988, p. 229).

O que faltou no caso do Brasil, para a construção da tão sonhada democracia ?

“O sentido principal do pacto realizado na origem da transição brasileira foi um “pacto de não-competição” entre as elites dominantes” (Moisés, 1989, p.143).

“Os militares foram capazes de formular e implementar uma política em relação aos civis, ao passo que os civis não tinham uma política em relação aos militares. E isso torna inútil qualquer consideração adicional sobre o desempenho dos atores políticos - evidenciando, mais uma vez, a defasagem entre o discurso sobre a democracia e a prática política da construção democrática” (Martins, 1988, p.251).

Nossa hipótese é de que quando analisamos a transição democrática brasileira, não conseguimos notar a presença de um “espírito de consenso” entre os principais atores ou

dentro da própria sociedade civil. Não notamos a presença de um símbolo forte o suficiente para unir as mais diferentes pessoas ou grupos na construção da democracia brasileira.

Isto não significa dizer que não exista, em nenhum momento no Brasil, este “espírito” que une as mais diferentes pessoas ou grupos.

Em época de “Copa do Mundo”, podemos sentir a presença deste “espírito”. Em dias de jogos, os brasileiros de modo geral, na maioria das cidades, se unem em uma “corrente prá frente” e torcem pela vitória da seleção brasileira e, nesses momentos, simbolicamente, não existe diferença social, cultural, racial, religiosa etc. Todos esquecem as diferenças. Todos são iguais: brasileiros. Assim, manifestações populares, como o futebol, sugerem um espírito de fraternidade social, porém são espíritos criados, na maioria da vezes, pelos meios de comunicação de massa e talvez por isso, são espíritos frágeis e temporários, .

Um momento de importante união nacional durante a transição brasileira foi a doença do presidente Tancredo Neves. Nessa ocasião todos os meios de comunicação fizeram o seu papel e uniram os brasileiros na esperança de recuperação e depois na dor da perda de um homem que simbolicamente representava a solução de muitos problemas e o condutor do país à democracia. Nessa circunstância pudemos perceber a presença clara de um “espírito” de união entre todos os brasileiros. Após a sua morte, em poucos dias, esse “espírito” desapareceu. Porém é importante lembrar que a mídia teve um papel fundamental para a formação desse espírito.

A representação do fato pela mídia sugere um espírito de sofrimento conjunto, de união nacional através da dor e, no fim, a morte, nada mais resta a esse espírito também temporário e frágil. A idéia da democracia estava diretamente atrelada à figura de Tancredo Neves. Após a sua morte é como se a esperança da democracia morresse junto naquele momento e mais nada se pudesse fazer.

Esses são exemplos de “espíritos temporários”, que não se perpetuaram na construção da democracia brasileira até o fim da transição. São “espíritos frágeis” porque não se consolidam. E por que não se consolidam? Será que não existem, por trás deles, valores muito profundos? Pode-se dizer que são superficiais? Simplesmente criados pela mídia e não naturais?

Temos, como hipótese, que o que realmente faltou no caso brasileiro foi um “espírito consensual”, que respaldasse o pacto, faltou uma narrativa hegemônica única que transcendesse a política e os interesses particulares das frações das elites em luta.

Pudemos observar que a transição para a democracia no Brasil trouxe à arena política, novos valores que puderam ser explicitados pela sociedade civil em suas reivindicações e a luta pelos direitos tornou-se pano de fundo do contexto social.

O início da transição brasileira

A transição política brasileira caracterizou-se por constituir-se, em um caso típico de transição por continuidade, ou seja, um processo que não apenas manifesta uma enorme influência das Forças Armadas nos rumos da institucionalização da democracia como, ademais, registra uma ampla, enorme e difusa presença de antigos quadros políticos provenientes do antigo regime em todos os níveis da vida pública brasileira.

O pacto inicial brasileiro, apoiou-se em grande parte, sobre uma negociação informal, não explícita e cujos termos não foram inteiramente conhecidos do público.

Em 1974, o general Geisel, então presidente da República, iniciou o processo de abertura política no Brasil, continuado por seu sucessor general Figueiredo. A estratégia de transição “lenta, gradual e segura”, partiu do próprio governo. Ela somente poderia ser modificada, em seu ritmo e em sua amplitude se a oposição tivesse força suficiente para tanto ou se o desgaste do próprio regime autoritário provocasse seu colapso. Nem uma coisa nem outra aconteceu. Os brasileiros tiveram, assim uma longa transição, cheia de limites e incertezas (Fausto, 1995, p.526).

Mesmo sem participar da estratégia de abertura², o povo queria eleger seu presidente da República. De uma certa forma, a população punha as suas esperanças nas eleições diretas: a expectativa de uma representação autêntica, mas também da resolução de muitos problemas (salários baixos, segurança, inflação) que apenas a eleição direta para presidente da República não poderia solucionar.

² Não que o povo não tenha pressionado para que a abertura propriamente dita acontecesse, mas a decisão de como ela seria, não foi participada de modo algum com o povo. De certa forma, a abertura é uma resposta também às pressões populares, mas a estratégia foi totalmente da cúpula militar.

Em 1983-1984, os partidos de oposição ao regime, juntamente com sindicatos, movimentos populares etc, uniram-se em vista de promover uma campanha por eleições diretas para presidente da República. Milhões de pessoas estiveram nas ruas das principais cidades do Brasil, com um entusiasmo raramente visto no país.

Esse movimento, que foi batizado como “Campanha das Diretas-Já” , simbolizava o espírito de união do povo em alcançar um objetivo comum, mas também simbolizava ao mesmo tempo a vitalidade das manifestações populares e a dificuldade dos partidos de oposição ao governo, para exprimir reivindicações (Fausto, 1995, p.509).

Era como se o povo pudesse voltar a respirar ares de democracia, uma democracia ainda aparente, ilusória, não de fato, tanto ilusória naquele momento que, por haver uma distância entre as manifestações das ruas e o Congresso com maioria do PDS (partido que representava o antigo regime), a emenda constitucional que previa as eleições diretas não foi aprovada e o povo não pôde eleger o Presidente da República no ano seguinte. Esta derrota popular com relação às eleições diretas para presidente, provocou uma grande frustração popular.

“A escolha do candidato do governo já não passava em 1984 pela corporação militar, embora os militares tivessem algum peso na decisão. Maluf realizou uma intensa campanha junto aos convencionais do PDS que escolheriam o candidato, prometendo-lhes cargos e toda sorte de atenções. Atropelou os rivais e conseguiu ser indicado candidato em agosto de 1984, vencendo Mário Andreazza. Sua vitória provocou a cisão final das forças do PDS que apoiavam os outros candidatos. Já em julho, Aureliano Chaves retirara sua candidatura e passara a trabalhar na organização de uma dissidência com o nome de Frente Liberal, que deu origem a um novo partido – o Partido da Frente Liberal (PFL). A Frente Liberal aproximou-se do PMDB, que lançara o nome de Tancredo Neves à presidência da República. As duas forças chegaram a um acordo, formando a Aliança Democrática, em oposição a Maluf. Tancredo foi indicado para a presidência e José Sarney para a vice-presidência”(Fausto, 1995, p.511).

Com a indicação destes dois nomes aprovados, formou-se a Aliança Democrática unindo o partido que representava a oposição ao governo militar (PMDB), partido de

Tancredo e um novo partido formado por dissidentes do próprio regime autoritário (PFL), partido de Sarney.

Sobre a formação dessa “Aliança Democrática”, Mello faz a seguinte análise: *Essa Aliança que, para ser viável, não pôde ser democrática, esse pacto que, para ser democrático, não teria resultado numa aliança vitoriosa, resultou numa “Nova República” que pouco tinha de republicana e pouco ou nada tinha de nova. Resultou num continuísmo que não se esgotou nos quadros do antigo regime, porque incluiu uma continuidade mais entranhada, de interesses e, sobretudo, de práticas. Uma das razões do imenso descrédito e do verdadeiro escárnio com que se passou a encarar o governo da Aliança Democrática é o continuísmo flagrante em contraste com a simbologia da ruptura* (Mello, 1989).

Assim sendo, em eleições indiretas realizadas em 15 de janeiro de 1985, entre líderes da oposição e líderes do antigo regime, acordou-se que o nome aceitável para ocupar a chefia do Estado era o do governador Tancredo Neves, tendo como vice José Sarney, indicado pelo regime autoritário.

Desta forma, por caminhos complicados, e utilizando-se do sistema eleitoral imposto pelo regime autoritário, a oposição chegou ao poder com a indicação de Tancredo para presidente da República.

Porém, com a eleição de Neves, a transição para o regime democrático não terminou e estaria ainda sujeita a imprevistos. Antes da posse, Tancredo já se sentia doente e a posse nem sequer aconteceu. Podemos interpretar a doença e a morte do quase presidente do Brasil como uma simbologia negativa na análise da transição brasileira. Um símbolo negativo para a democracia que mal havia começado e que já dava sinais de “azar”.

Após a internação que sofreu, às pressas, em um hospital de Brasília, Tancredo sofreu várias cirurgias e com isso seguiu-se a agonia do país todo, que ficou pendente de boletins médicos, alguns dos quais alimentavam um espírito de falso otimismo no povo.

Tancredo morreu a 21 de abril, data simbólica da morte de Tiradentes, um dos poucos heróis nacionais do Brasil³. Multidões foram às ruas para acompanhar o corpo que passou pelas principais cidades do país até o enterro. Parte das manifestações populares era devido à comoção provocada pela morte de um presidente, ainda mais em condições tão dolorosas, mas havia também a sensação de que o país perdera uma figura política importante, em um momento delicado. Essa sensação, que era como um espírito presente, tinha muito fundamento.

Quem assume é o vice, Sarney, transformando-se em uma espécie de substituto precário e de duvidosa legitimidade do líder da transição.

A posse de José Sarney, num momento tão delicado para a oposição ao regime militar era uma amarga ironia do destino, uma vez que ele era, podemos dizer, dissidente do regime autoritário anterior.

Simbolicamente, a posse de Sarney é algo fantástico e que merece ser analisado com atenção. É como se a ambigüidade da transição política gerasse os fatos rituais de que necessitava a situação para alterar sem exatamente modificar o regime podendo manter o *establishment*.

Os Movimentos Sociais

Um fato que deve ser considerado durante o regime militar é que, segundo Fausto, o governo reprimiu as direções sindicais ligadas ao esquema populista, mas não desmantelou os sindicatos (Fausto, 1995, 498).

A emergência do novo sindicalismo está ligada ao surgimento de novas lideranças e claro, ao novo clima decorrente do progressivo avanço da abertura. A primeira mobilização significativa tinha ocorrido em agosto de 1977, quando se verificou que os índices oficiais de inflação de 1973 e 1974 apresentaram distorções, prejudicando em mais de 30% os reajustes salariais.

Em agosto de 1977, o governo admitiu que tinham manipulado os índices oficiais de inflação. Como eles regulavam os índices de reajuste salarial, verificou-se que os

³ Cumpre lembrar que simbolicamente esta data é muito marcante para o país, pois, num país com uma incrível carência de heróis nacionais, o dia 21 de abril representa a morte de duas figuras que lutaram pela liberdade, eram mineiros e entraram para a história como heróis.

assalariados haviam perdido 31,4% de seu salário real naqueles anos. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema iniciou uma campanha para a correção dos salários. Essa campanha abriu caminho para as greves de 1978 e 1979, que reuniram milhões de trabalhadores. A liderança de Luis Inácio (Lula) da Silva, presidente do sindicato, afirmou-se no dia-a-dia e nas grandes assembléias realizadas em São Bernardo, no estádio da Vila Euclides (Fausto, 1995).

O êxito de Lula é atribuído a qualidades pessoais de liderança, criatividade da ação, apoio da Igreja, simpatia da imprensa, independência política e, principalmente, aos resultados alcançados. Sua originalidade vem da singularidade como líder. Vem da identidade com o operariado industrial do ABC paulista. Ele surge como operário autêntico. Um torneiro mecânico que dirige um sindicato e defende os interesses dos trabalhadores.

Os metalúrgicos estiveram à frente dos movimentos, que abrangeram também outros setores. Em 1979, cerca de 3,2 milhões de trabalhadores entraram em greve no país. Houve paralisações de metalúrgicos que abrangeram 958 mil operários; ao mesmo tempo, ocorreram vinte greves de professores que reuniram 766 mil assalariados (Fausto, 1995).

As greves tinham por objetivo um amplo leque de reivindicações: aumento de salários, garantia de emprego, reconhecimento das comissões de fábrica, liberdades democráticas. A extensão das greves de 1979 mostrou que a afirmativa dos setores conservadores de que São Bernardo constituía um mundo à parte em grande medida não era verdadeira. O que se passava em São Bernardo tinha repercussão no resto do país. Não há dúvida, porém, de que o sindicalismo do ABC nasceu e cresceu com marcas próprias. As mais importantes são a maior independência com relação ao Estado, o elevado índice de organização – por volta de 1978, 43% dos operários eram sindicalizados – e a afirmação de seus líderes fora da influência da esquerda tradicional, ou seja, o PCB.

Não podemos afirmar que nesse período tenha acontecido uma mudança propriamente do pessoal político, ou que tenha ocorrido uma eliminação do pessoal político anterior e sua simbologia, entretanto surgem nesse cenários novos atores e novos símbolos, o que não poderia acontecer no auge da ditadura devido à censura e repressão. Os sindicatos, os líderes sindicalistas, as greves, são símbolos importantes que acabam por

reforçar a necessidade do país de democracia. A legitimidade que recebeu os sindicatos nesse momento, deveu-se a eficiência com que se conseguiu aglomerar tantas pessoas lutando por uma mesma causa, e esta legitimidade foi importante para dar continuidade a transição.

Modificações Eleitorais e Políticas e a Campanha pelas “Diretas Já”.

A legislação eleitoral aprovada em 1965 tinha-se convertido em armadilha para os detentores do poder. Cada vez mais, as eleições se transformavam em plebiscito em que se votava pró ou contra o governo. O voto contra conferido ao MDB abrigava diferentes ideologias e refletia descontentamentos de todo tipo.

Para tentar quebrar a força da oposição, o governo obteve do Congresso, em dezembro de 1979, a aprovação da Nova Lei Orgânica dos Partidos. A lei extinguiu o MDB e a Arena, obrigando as novas organizações partidárias a serem criadas a conter em seu nome a palavra “partido”. A Arena, que carregava um nome impopular, tratou de mudar a fachada, transformando-se no Partido Democrático Social (PDS). Os dirigentes do MDB tiveram a habilidade de acrescentar apenas a palavra “partido” à sua sigla: assim, o MDB se converteu no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Mas os tempos de uma oposição unida tinham passado. As suas diferentes tendências ficaram juntas enquanto existia um inimigo comum todo-poderoso. À medida que o regime autoritário foi se abrindo, as diferenças ideológicas e pessoais começaram a emergir.

Esse quadro está presente no surgimento de novos partidos. A partir do sindicalismo urbano e rural, de setores da Igreja e da classe média profissional surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT). O PT propunha-se representar os interesses das amplas camadas de assalariados existentes no país, com base em um programa de direitos mínimos e transformações sociais que abrissem caminho ao socialismo. Adotando uma postura contrária ao PCB e ao culto da União Soviética, o PT evitou definir-se sobre a natureza do socialismo. Esse fato tinha muito a ver com a existência, em seu interior, de correntes opostas. Em uma das pontas ficavam os simpatizantes da social-democracia; na outra, os

partidários da ditadura do proletariado⁴. No campo sindical, estabeleceram-se laços íntimos entre o partido e o sindicalismo do ABC. Esse movimento foi um dos centros mais importantes na constituição do PT, com destaque crescente da figura de Lula.

Brizola também não se acomodou no PMDB, preferindo correr por conta própria, na tentativa de capitalizar o prestígio do trabalhismo de esquerda. Uma decisão judicial tirou-lhe porém a sigla PTB; ele fundou então o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Durante 1983, pouco a pouco, a idéia das eleições diretas para presidente vai sendo lançada. Inicialmente, é adotada como prioridade pelo PMDB, pelo PT e pelo PDT. Eles admitem formar frente suprapartidária com esse objetivo. Em junho, o PMDB lança campanha nacional, que começa com um pequeno comício em Goiânia. Cerca de cinco mil pessoas. Uma primeira manifestação em frente única, reunindo aqueles partidos, com o apoio de organizações sindicais, ocorre em São Paulo, no mês de novembro, sem repercussão importante. Mas a proposta vai se alastrando e mostra potencial de empolgação popular. Era a idéia-força do direito de escolher o presidente. De querer fazê-lo e não poder. De algo furtado do povo.

A campanha se desenvolve em duas frentes. A da mobilização popular, visando a sensibilizar o Congresso, e, segunda, a atuação direta junto aos deputados e senadores, principalmente do PDS, para obtenção do imprescindível quórum de dois terços nas duas casas. A esperança maior é a de criar clima tão intenso de apoio à mudança, que a Câmara, e depois o Senado, se curvem à vontade do povo. Conforme a tradição, dificilmente a maioria dos congressistas, votando livremente, deixaria de atender à vontade popular manifestada de forma dominante e entusiástica.

Desde o início de 1984, foram feitos comícios nas capitais brasileiras, com crescente participação popular e cobertura de parte da imprensa. Rapidamente, a campanha se torna o maior movimento cívico da história do país. Ganha o povo, tende para a quase unanimidade. Até porque a população, atribuindo todos os problemas ao governo militar, identifica num presidente eleito a esperança de solução de seus próprios problemas: emprego, salário, teto, transporte, saúde, educação, inflação, segurança pública etc. País de

⁴ Porém muito comunistas ortodoxos, ficaram no PMDB e tecem verdadeira oposição ao PT até os dias de hoje. É o caso dos remanescentes do MR8.

população jovem, a maioria dos eleitores jamais votara para presidente. Isso é destacado, incendiando o desejo de votar ou a frustração de não poder fazê-lo. É de justiça registrar também que, durante toda a campanha, o governo Figueiredo não interfere. Deixa que flua livremente. Governo e PDS minimizam o significado político das multidões. Argumentam que o movimento é uma coisa e o Congresso, outra⁵. Portanto, a emenda não vai passar e, no dia seguinte, tudo voltará a ser como antes. E mais: que o povo comparece é para ver e ouvir os artistas. Na verdade, politicamente o país será outro depois dessa explosão política. Nada será como era. Agora, com relação ao vínculo entre a presença de artistas e de povo, é inegável que o argumento procede parcialmente. É porque eles são motivo de atração que a campanha estimula sua participação, claro. Mas o povo comparece também pela causa, para ver e ouvir os líderes políticos, geralmente muito aplaudidos. Para desabafar. E esse é um símbolo muito forte da transição (Moisés,1989; Lamounier,1991; Couto,1999).

A Assembléia Nacional Constituinte

Apesar da necessidade urgente de uma nova Constituição e da promessa em seu discurso de posse, Sarney propôs e o Congresso evidentemente aceitou que não houvesse eleições exclusivas para uma Assembléia Nacional Constituinte, mas sim que esta fosse formada pelos congressistas que seriam eleitos em novembro de 1986.

Abrir um processo constituinte é um passo que não poderia faltar na história de transição democrática de qualquer país.

A publicidade das discussões sobre a nova Constituição complicou e tornou mais lento, inevitavelmente, os avanços de sua redação. É óbvio que algumas questões não se teriam colocado como conflitivas, a não ser pelos temores às reações ou pressões dos diferentes eleitores. Assim, o princípio da transparência e publicidade, aparentemente sempre recomendáveis numa democracia de fato, resultou ter efeito perverso.

Contudo, conforme afirma Silva, “*a sociedade brasileira esteve representada nos debates constitucionais por entidades ou grupos organizados, verdadeiros lobbies rurais e urbanos que buscavam influenciar as decisões dos constituintes em prol dos grupos que representavam.*”(Silva, 1992, p.326)

⁵ Fica claro o comando das elites neste caso.

A lentidão gerada pelas discussões e debates que envolviam cada tema criou a provisoriedade do governo Sarney e com isso formou-se uma situação delicada, porque, enquanto a Constituição não ficava pronta, o Brasil não tinha definida sua nova etapa democrática.

Com todos os seus defeitos, a Constituição de 1988 refletiu o avanço ocorrido no país especialmente na área da extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias.

Vícios herdados do passado como: clientelismo, corporativismo, populismo, patrimonialismo, não desapareceram com o regime autoritário, esses são fenômenos que estão de fato presentes na cultura política brasileira e fazem parte da explicação do padrão de ação política das elites.

Infelizmente, com a Comissão Constituinte não foi diferente. Durante as votações da Constituição, o povo pode presenciar um desmoralizante absentismo parlamentar (responsável, em parte, pela extensão dos trabalhos da Constituinte por mais de 19 meses), recompensas financeiras excessivas justamente no momento particular da transição, que exigia fossem afirmadas a confiabilidade e as virtudes republicanas da representação política, essas práticas transcenderam o plano estrito da situação em si para produzir consequências políticas.

Considerações Finais

Defendemos a idéia de que para se analisar a transição democrática de qualquer país, é necessário olhar além dos aspectos estruturais (dimensões econômicas e políticas), deve-se considerar também os diferentes sistemas simbólicos que recobrem a ação política e foi justamente esta idéia que nos motivou a desenvolver essa discussão.

Queremos dizer, com isso, que todos os símbolos juntos são responsáveis por criar um “espírito”. E que este “espírito” é um dos fatores a ser considerado como responsáveis pelo sucesso ou fracasso da transição.

Levando-se em conta o caminho que percorremos nesse trabalho, chegamos a conclusão de que um único fator não seria suficiente para responder à questão que lançamos originalmente: “Será que houve no Brasil um ‘espírito’ de consenso que respaldasse a transição à democracia?”

Devemos considerar a utilização da análise multidimensional que inclui as motivações racionais e não-rationais, individuais e coletivas dos atores em questão para chegarmos às considerações finais que pretendemos. A idéia que se desenvolve a partir desse conceito de multidimensionalidade é que as motivações racionais e as motivações não-rationais, as individuais e as coletivas, devem ser consideradas quando tentamos entender determinadas ações. Estas dimensões são necessárias e se mesclam para explicar as ações.

Considerando isso tudo, levantamos alguns fatores que entendemos serem importantes para explicar o consenso às avessas que se deu como resultado final da transição brasileira. Como um primeiro fator, devemos discutir o próprio conceito do termo democracia e ver como ele se aplica no caso do Brasil.

Para Bobbio a democracia deve ser entendida como:

... Um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos. (...) A regra fundamental da democracia é a regra da maioria, na qual são consideradas as decisões coletivas. (Bobbio, 1986; p.18)

O conceito mínimo de democracia pressupõe que os cidadãos estejam preparados para usar as regras de participação democrática, que haja algum nível de igualdade de direitos entre os indivíduos, e que os mecanismos institucionais de representação sejam realmente democráticos.

Podemos afirmar que a vontade dos cidadãos em usar as regras democráticas era intensa, e isso podia-se ver desde o início do próprio golpe, com as manifestações e passeatas. Após um período de passividade, devido à intensa repressão, viu-se novamente, com a abertura, o povo reclamando seus direitos nas ruas e deixando clara sua disposição pela democracia. Era o não-razional, a paixão, a sociedade, pedindo democracia. Porém, o

nível de igualdade de direitos entre os indivíduos não era realmente democrático, pois o nível social entre os brasileiros não é democrático e entendemos o primeiro como sendo uma conseqüência do segundo.

A democracia implica no reconhecimento da complementaridade entre representação política e participação direta. Dentro da perspectiva da participação na escolha dos responsáveis ou representantes pelas decisões políticas faz-se necessário retomar brevemente o papel desempenhado pelos partidos na sociedade brasileira, sendo esse, a nosso ver, um segundo fator.

Lamounier afirma que, em uma perspectiva comparada, o Brasil é um caso notório de subdesenvolvimento partidário, pois existe uma profunda descontinuidade nas formações dos partidos. Desde os liberais e conservadores do Império diversas formações sucederam-se praticamente sem deixar um rastro organizacional que pudesse ser retomado na etapa seguinte (Lamounier, 1986).

Não é só a descontinuidade um problema dos partidos no caso brasileiro. A formação burocrático-patrimonial do Estado e o privatismo, como traço dominante da estrutura social e da cultura política, também o são. Isto impediu o fortalecimento e provocou a fragmentação dos partidos, provocando a política da clientela, na qual o acesso individual aos recursos públicos é mais valorizado que a lealdade partidária. É a racionalidade instrumental dando lugar, às vezes, à irracionalidade da ganância e da individualidade das elites políticas.

Conforme destaca Viana, até 1930, o poder Executivo Federal via na eventual constituição de grandes partidos nacionais uma ameaça ao seu predomínio, tendo seu ponto forte em 1937, com a implantação do Estado Novo, e a eliminação do pluripartidarismo (Viana, 1995). A partir de 1945 até 1960, apesar dos obstáculos, os partidos alcançaram um grau razoável de consolidação, quando, segundo Lamounier, desagregaram-se (Lamounier, 1986). A ruptura causada pelo golpe militar de 1964 veio restringir a pluralidade partidária, com a implantação do bipartidarismo, que só seria retomada em 1979.

Chauí caracteriza as formações partidárias no Brasil, como sendo de três tipos: o partido clientelista, o populista e o vanguardista. No primeiro caso, a representação é praticada sob a forma de favor, e com a exclusão dos representados nas decisões partidárias e nas políticas globais. No segundo caso, os representados são considerados imaturos e mantém uma relação de tutela com os partidos. No terceiro caso, definem seus representados como incapazes de realizar a tarefa histórica a que estão destinados, e substitui o sujeito por uma vanguarda que o representa, age em seu lugar e o educa (Chauí, 1989).

Clientelismo, populismo e vanguardismo, vieram delinear na estrutura político-partidária brasileira um total descrédito da sociedade, em geral, nos políticos e na política. Este será um dos fatores que propiciará durante o processo de redemocratização do país que diferentes grupos mobilizados pressionem o Estado na reivindicação de seus interesses pessoais e não interesses do bem comum da nação, causando assim o consenso às avessas.

A estrutura patrimonial de poder, que estruturou quinhentos anos de história do Brasil, criou uma elite que define os rumos do Brasil e que faz acordos e realiza consensos sempre em defesa de seus próprios “direitos”, interesses e riquezas. Não foi diferente no momento da transição.

Para Faoro, esta elite muda e renova, mas não representa de fato a nação. Este patrimonialismo assenta-se na legitimidade do tradicionalismo e este, por sua vez, no autoritarismo sempre presente e na desigualdade social que gera a desmobilização popular (Faoro, 2000).

De certa forma isso explica o fato da transição política brasileira ter se caracterizado por constituir-se em um caso típico de transição por continuidade, ou seja, um processo que não apenas manifesta uma enorme influência das Forças Armadas nos rumos da institucionalização da democracia como, ademais, registra uma ampla, enorme e difusa presença de antigos quadros políticos provenientes do antigo regime em todos os níveis da vida pública brasileira.

Mesmo assim a transição à democracia, pela qual passou o Brasil nas últimas décadas, a democracia a que se chegou, não foi fruto somente dos acordos entre as elites. O

forte descontentamento da sociedade civil neste processo foi significativo para que a opção de encaminhamento político fosse a via democrática. Como aponta Przeworski:

O que ameaça os regimes autoritários não é a ruptura da legitimidade mas a organização da contra-hegemonia, ou seja, de projetos coletivos para um futuro alternativo. É por isso que os regimes autoritários têm horror das organizações independentes: ou procuram agregá-las ao âmbito dos controles centralizados ou as reprimem pela força. (Przeworski, 1994; p.82).

A mobilização da sociedade civil no processo de liberalização ou abertura, tornou-se fundamental e determinou o encaminhamento da transição brasileira, retomando assim a democracia desejada e representando um sagrado novo começo de sociedade.

A consolidação democrática no Brasil nos remete à questão que, no caso da Espanha, alguns intelectuais costumam chamar de *desencanto* : a possibilidade de que o novo regime frustrasse as expectativas populares sobre uma melhora do nível de vida juntamente com o advento da nova democracia, o que conduz a uma certa apatia política.

Sobre o caso brasileiro em relação ao *desencanto*, Martins escreve que:

O alto desprestígio que passou a cercar a chamada “classe política” (expressão que já conotaria a noção de estamento) poderia ser associada aos fenômenos mais complexos do “desencanto”, que aparecem em alguns processos de transição. No caso brasileiro, entretanto, esse fenômeno se revela sob sua forma mais perversa: o sentimento de progressivo distanciamento entre a cidadania e sua representação política, reintroduzindo uma distância entre as instituições políticas e a sociedade que se presumia ser típica apenas do regime autoritário. Na verdade, esse sentimento se expressou menos em termos de frustração face às expectativas sociais ou econômicas não correspondidas, do que em termos de um julgamento moral sobre a própria representação política, genericamente considerada. A consequência política foi a da generalização da apatia e do cinismo na sociedade em plena transição, o que tenderia a tornar difícil a mobilização da opinião pública para resistir a qualquer eventual tendência à regressão autoritária (Martins 1988: 236).

O desencanto no caso brasileiro se deu ao inverso do caso espanhol. As pessoas não se desencantaram com a democracia à qual se chegou, mas, pelo contrário, pareceu descrerem cada vez mais na possibilidade de se chegar à democracia. Em outras palavras: as preocupações com a sorte da democracia no Brasil, diziam respeito à própria possibilidade da consolidação dos processos de transição democrática.

Em momentos de fragilidade notamos a presença de um espírito de nação. Mas é um espírito diferente do espírito espanhol, é um espírito momentâneo, ou melhor dizendo, temporário; ele na verdade não está presente no coração e na mente dos brasileiros a não ser em circunstâncias específicas, conforme já observamos, por exemplo em época de copa do mundo e no momento da morte do quase presidente Tancredo Neves.

Nos momentos em que pudemos observar a presença desse espírito, durante o processo de transição brasileira, notamos em seguida que esse espírito foi incapaz de se fixar. Conseqüentemente podemos afirmar, confirmando assim nossa hipótese inicial, que, durante o processo de transição e consolidação da democracia no Brasil, não houve um espírito hegemônico, um espírito que fosse capaz de unir os mais diferentes grupos, partidos e cidadãos em geral, pelo menos não um espírito forte o suficiente que perdurasse durante todo o processo de transição.

O sagrado para o brasileiro é a família, é a propriedade, é o carnaval, o futebol, o salário no fim do mês, enfim são interesses individuais de sobrevivência, num país onde quem manda faz o que quer e não é punido por isso. É como se não houvesse leis para a elite. Desta forma, o sagrado não é mais a sociedade como um todo, a não ser que esta sociedade represente perigo para seus interesses particulares. Sofremos uma colonização de exploração e podemos dizer que poucos foram os momentos de real democracia no Brasil. Sempre que ocorreu foi uma democracia consentida e não conquistada. A cultura política do povo brasileiro foi marcada pelo jogo de interesses dos poderosos, onde as leis, para estes, valem pouco. Talvez por isso não tenhamos conseguido encontrar o espírito de consenso tão esperado e desejado no momento da transição.

Para Durkheim, o estabelecimento de uma nova nação depende da construção de uma nova moral, bem como de uma nova ordem estrutural. Tínhamos o projeto de construção de uma nova ordem estrutural para o Brasil naquele momento, porém não conseguimos construir uma nova moral. Seguindo essa idéia, queremos dizer que a sociedade é sagrada

porque tem um elemento moral: o coletivo. Quando o coletivo deixa de ser sagrado não existe a moralidade preconizada por Durkheim. Com a ausência dessa moralidade tudo pode acontecer. A sociedade sagrada no sentido moral significa solidariedade, cooperação, religiosidade, enfim, elementos que integram os seres humanos e que estão acima dos interesses individuais.

No Brasil, ainda não conseguimos formar essa sociedade no sentido moral. Não temos o elemento moral ligado ao coletivo. O público enquanto coletivo, no Brasil, não está acima dos interesses individuais. O público no Brasil não é de todos, mas de ninguém e aí, como não tem dono, “quem chegar primeiro leva”. A nossa forma de ser social não contém a moral Durkheimiana.

O que realmente faltou no caso da transição brasileira foi a coesão durkheimiana que colocasse a sociedade em cena como algo sagrado. Nesse sentido, como a sociedade brasileira, no momento da transição, não conseguiu atingir essa coesão, não foi sagrada e, portanto, não teve moralidade. Daí, não houve o “espírito de consenso”.

Uma explicação para isso pode estar na análise de Renan que afirma:

“Uma nação é uma alma, um espírito, uma família espiritual; resulta, no passado, de lembranças, de sacrifícios, de glórias, com frequência de duelos e penas comuns; no presente, do desejo de continuar vivendo juntos. O que constitui uma nação não é falar a mesma língua ou pertencer ao mesmo grupo etnográfico; é haver feito grandes coisas no passado e querer fazê-las no futuro”(Renan, 1983, p.5).

Talvez o que tenha faltado no caso do Brasil foi a construção de uma nação brasileira. Conforme Rubem Alves escreveu: *A grande utopia que nós temos é, antes de inventar um país, inventar uma nação* (Alves, 1995). Ainda não somos uma nação. Entendemos nação por um conjunto de pessoas racionais unidas por um sonho comum (não-racional). A situação do Brasil é que temos uma política, mas ainda não conseguimos criar uma nação, pois não criamos um sonho comum e desta maneira não chegamos a um espírito de consenso. Sem isso, não teremos condições de fazer um país, porque todas as coisas, segundo Rubem Alves, são feitas a partir do sonho (Alves, 1995).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, R. *Defendo meu individualismo*. São Paulo: FolhaWEB, 15, mar, 1996. (Internet).
- BOBBIO, N. *O Futuro da Democracia. Uma defesa das regras do jogo*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- BRESSER PEREIRA, L. C. *O Colapso de uma Aliança de Classes: A Burguesia e a Crise do Autoritarismo Tecnoburocrático*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978.
- CHAUÍ, M. *Cultura e Democracia*. São Paulo: Cortes, 1989.
- COUTO, R. C. *Brasil: História Indiscreta da Ditadura e da Abertura (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.
- DEL VECCHIO, A. *Impasses do Regime Militar Brasileiro: Construção de Potência, Institucionalização e Estabilização Política (1964-1979)*. Tese de doutoramento da Universidade de São Paulo, 1998.
- DURKHEIM, E. *A Formas Elementares de Vida Religiosa*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- DURKHEIM, E. *Professional Ethics and Civic Morals*. Glencoe, IL: Free Press, 1958.
- FAORO, R. *Os Donos do Poder. Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000, v. 2.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- HUNTINGTON, S. *Democracy's Third Wave*, in Diamond L. and Plattner M. T. *The Global Resurgence of Democracy*, Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1993.
- LAMOUNIER, B. *Partidos e eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- LAMOUNIER, B. *Depois da Transição: Democracia e Eleições no Governo Collor*. São Paulo: Ed. Loyola. 1991.
- MARTINS, L. *Ação Política e Governabilidade na Transição Brasileira*. In: MOISÉS J. A. e ALBUQUERQUE J.A. (ed.) *Dilemas da Consolidação da Democracia*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. pp.223-264.
- MELLO, L. I. A. *Golbery Revisitado: da abertura a democracia tutelada* In: MOISÉS, J. A. e ALBUQUERQUE, J. A. G. (org). Dilemas da Consolidação Democrática, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MOISÉS, J. A. '*Dilemas da Consolidação Democrática no Brasil*', in Moisés J. A. e Albuquerque J.A. (ed.) *Dilemas da Consolidação da Democracia*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. pp.119-177.

PRZEWORSKI, A. *Democracia e mercado. No Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994

RENAN, Ernest. *Que és una nacion ?* Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1983.

SILVA, F. de A. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. Moderna,1992.

VEJA, Revista. *Entrevista com Presidente Figueiredo*. 01, ago, 1979, p. 18

VIANA, A. *Cidadania e Educação: Análise Comparativa dos Processos Redemocratizantes da Espanha e do Brasil, Ressaltando suas Leis de Diretrizes e Bases*. Tese de Doutorado, Unicamp, 1995.